

BALANÇO PATRIMONIAL 2022

ATIVO BALANÇO PATRIMONIAL 2022				
	31/12/2022	31/12/2021 REAPRESENTADO	31/12/2020 REAPRESENTADO	01/01/2020 REAPRESENTADO
CIRCULANTE	105.544.914,33	177.179.502,98	182.412.951,21	162.664.537,58
NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	57.612.957,90	159.849.352,73	449.870.490,00	671.680.532,52
Depósitos Judiciais - Nota 06	55.200.887,31	156.129.872,77	168.112.141,58	452.605.794,12
IMOBILIZADO - Nota 08	2.299.173.021,16	2.503.779.014,97	2.535.228.487,02	2.641.518.327,19
	2.316.628.181,15	2.509.129.480,96	2.540.737.272,95	2.647.542.167,57
	2.374.241.139,05	2.668.978.833,69	2.990.607.762,95	3.319.222.700,09
TOTAL DO ATIVO	2.479.786.053,38	2.846.158.336,67	3.173.020.714,16	3.481.887.237,67
PASSIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL 2022				
	31/12/2022	31/12/2021 REAPRESENTADO	31/12/2020 REAPRESENTADO	01/01/2020 REAPRESENTADO
CIRCULANTE Provisão para Contingências - Nota 10	333.224.874,88	553.169.444,36	196.474.179,60	3.052.973.679,58
	792.095.690,15	966.974.530,88	299.918.749,63	3.159.765.948,67
NÃO CIRCULANTE	3.012.780.856,05	3.051.361.854,29	3.174.369.102,28	235.994.002,64
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) - Nota 14	(1.325.090.492,82)	(1.172.178.048,50)	(301.267.137,75)	86.127.286,36
TOTAL DO PASSIVO	2.479.786.053,38	2.846.158.336,67	3.173.020.714,16	3.481.887.237,67

JORGE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA
Contador
CRC-RJ 062.918

ADRIANA FONSECA LINS
Diretora de Administração e Finanças
Interina

JOSÉ MARQUES DE LIMA
Diretor-Presidente

DRE BALANÇO PATRIMONIAL 2022				
	31/12/2022	31/12/2021 REAPRESENTADO	31/12/2020 REAPRESENTADO	01/01/2020 REAPRESENTADO
RECEITA BRUTA	157.046.388,54	166.703.309,42	134.315.827,44	210.994.034,85
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(1.038.525,51)	(1.014.824,81)	(619.044,17)	(843.286,65)
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS - Nota 15	(723.237.356,69)	(732.256.491,67)	(731.714.576,22)	(791.105.849,03)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(604.442.784,02)	(719.398.058,46)	(557.025.312,46)	(109.188.331,95)
SBVENÇÕES PARA CUSTEIO	1.628.913.653,47	1.270.560.863,46	1.051.761.613,86	1.121.057.351,09
RESULTADO FINANCEIRO - Nota 18	(376.755.976,26)	(886.001.061,57)	(296.783.411,78)	(584.131.535,50)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	80.485.399,53	(901.406.263,63)	(400.064.903,33)	(153.217.617,19)
Resultado da Baixa de Bens	(3.737.808,72)	(1.837.169,31)	(5.452.078,93)	(1.208.226,26)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	76.747.590,81	(903.243.432,94)	(405.516.982,26)	(154.425.843,45)

JORGE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA
Contador
CRC-RJ 062.918

ADRIANA FONSECA LINS
Diretora de Administração e Finanças
Interina

JOSÉ MARQUES DE LIMA
Diretor-Presidente

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em Milhares de Reais)

NOTA 03 – REAPRESENTAÇÃO

A CBTU está reapresentando os saldos das Demonstrações Contábeis de 31/12/2021 e de 31/12/2020, para fins de comparação, de acordo com NBC TSP 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Esses ajustes estão referenciados nas Notas 06b – Depósitos Judiciais, 08b – Imobilizado (Imobilizações em Andamento) e 14 – Patrimônio Líquido (Prejuízos Acumulados). As retificações referem-se:

- a) Ao trabalho de levantamento da base de depósitos judiciais, executado por uma equipe interdisciplinar em 2022, que resultou em uma baixa total de R\$ 55.290 mil, sendo R\$ 51.541 mil, referente aos anos anteriores conforme detalhado na Nota 06b – Depósitos Judiciais; Para efeito de comparabilidade a empresa retroagiu os ajustes aos saldos de abertura do exercício de 2020, pois não haveria possibilidade de mensuração dos valores a serem ajustados nos exercícios anteriores a 2020, dessa forma, caso fossem reapresentadas não estariam apresentando informações fidedignas.
- b) Identificação, pela companhia, de que em 2020 houve um registro em duplicidade de Redução ao Valor Recuperável do Ativo Imobilizado, no montante de R\$ 46.693 mil, cujo o registro original ocorreu em 2019, conforme detalhado na Nota 08b – Imobilizado (Imobilizações em Andamento); Segue a composição do Balanço Reapresentado – valores em R\$ mil:

BALANÇO PATRIMONIAL

	31/12/21			31/12/20			01/01/20		
	ORIGINALMENTE APRESENTADO	AJUSTE	31/12/21 REAPRESENTADO	ORIGINALMENTE APRESENTADO	AJUSTE	31/12/20 REAPRESENTADO	ORIGINALMENTE APRESENTADO	AJUSTE	01/01/20 REAPRESENTADO
ATIVO									
ATIVO NÃO CIRCULANTE									
DEPÓSITOS JUDICIAIS	207.671	(51.541)	156.130	218.851	(50.739)	168.112	501.884	(49.278)	452.606
IMOBILIZADO	2.457.086	46.693	2.503.779	2.488.535	46.693	2.535.228	-	-	-
	2.673.827	(4.848)	2.668.979	2.994.654	(4.046)	2.990.608	3.368.501	(49.278)	3.319.223
TOTAL DO ATIVO	2.851.006	(4.848)	2.846.158	3.177.067	(4.046)	3.173.021	3.531.165	(49.278)	3.481.887
PASSIVO									
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADOS	(7.855.123)	(4.848)	(7.859.971)	(6.953.031)	(4.046)	(6.957.077)	(6.502.776)	(49.278)	(6.552.054)
	(1.167.330)	(4.848)	(1.172.178)	(297.221)	(4.046)	(301.267)	135.405	(49.278)	86.127
TOTAL DO PASSIVO	2.851.006	(4.848)	2.846.158	3.177.067	(4.046)	3.173.021	3.531.165	(49.278)	3.481.887



COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
CNPJ Nº 42.357.483/0001-26 - INSC. EST. 82.879.781

**MINISTÉRIO DAS
CIDADES**



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

	31/12/21			31/12/20			01/01/20		
	ORIGINALMENTE			ORIGINALMENTE			ORIGINALMENTE		
	APRESENTADO	AJUSTE	REAPRESENTADO	APRESENTADO	AJUSTE	REAPRESENTADO	APRESENTADO	AJUSTE	REAPRESENTADO
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	(136.447)	(802)	(137.249)	(157.445)	(1.461)	(158.906)	(141.918)	(49.278)	(191.196)
PROVISÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE BENS	-	-	-	(80.312)	46.693	(33.619)	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(902.441)	(802)	(903.243)	(450.749)	45.232	(405.517)	(105.148)	(49.278)	(154.426)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

	31/12/21			31/12/20			01/01/20		
	ORIGINALMENTE			ORIGINALMENTE			ORIGINALMENTE		
	APRESENTADO	AJUSTE	REAPRESENTADO	APRESENTADO	AJUSTE	REAPRESENTADO	APRESENTADO	AJUSTE	REAPRESENTADO
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(902.441)	(802)	(903.243)	(450.749)	45.232	(405.517)	(105.148)	(49.278)	(154.426)
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(7.855.123)	(4.848)	(7.859.971)	(6.953.031)	(4.046)	(6.957.077)	(6.502.776)	(49.278)	(6.552.054)
	(1.167.330)	(4.848)	(1.172.178)	(297.221)	(4.046)	(301.267)	135.405	(49.278)	86.127

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC

	31/12/21			31/12/20			01/01/20		
	ORIGINALMENTE			ORIGINALMENTE			ORIGINALMENTE		
	APRESENTADO	AJUSTE	REAPRESENTADO	APRESENTADO	AJUSTE	REAPRESENTADO	APRESENTADO	AJUSTE	REAPRESENTADO
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(902.441)	(802)	(903.243)	(450.749)	45.232	(405.517)	(105.148)	(49.278)	(154.426)
DEPÓSITOS JUDICIAIS	11.180	802	11.982	283.033	1.461	284.494	(25.737)	49.278	23.541

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

	31/12/21			31/12/20			01/01/20		
	ORIGINALMENTE			ORIGINALMENTE			ORIGINALMENTE		
	APRESENTADO	AJUSTE	REAPRESENTADO	APRESENTADO	AJUSTE	REAPRESENTADO	APRESENTADO	AJUSTE	REAPRESENTADO
ENERGIA, SERV E OUTRAS DESP. OPER.	215.727	802	216.529	251.867	1.461	253.328	236.817	49.278	286.095
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(902.441)	(802)	(903.243)	(450.749)	45.232	(405.517)	(105.148)	(49.278)	(154.426)

NOTA 06 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais estão representados em sua relevância como segue:

a) **Penhoras Judiciais** – referem-se a penhoras na receita de bilheteria, preponderantemente na Superintendências de Trens Urbanos de Recife.

Segue a composição das Penhoras Judiciais – valores em R\$ mil:

	Dez/2022				Dez/2021			
	BH	REC	OUTRAS	TOTAL	BH	REC	OUTRAS	TOTAL
Saldo do Exercício Anterior	71.568	6.172	225	77.965	86.652	6.056	225	92.933
Penhoras do Período	30.280	-	-	30.280	40.986	397	-	41.383
Recuperação de Penhoras	(22.721)	-	-	(22.721)	(56.070)	(281)	-	(56.351)
Baixa BH	(79.127)	-	-	(79.127)	-	-	-	-
Saldo do Exercício	-	6.172	225	6.397	71.568	6.172	225	77.965

b) **Depósitos Judiciais** – referem-se basicamente a pagamentos de depósitos recursais trabalhistas, que visam à reforma da sentença. Em março/2022, a CBTU celebrou convênio com o Banco do Brasil com vistas a acompanhar os depósitos efetuados em juízo, a certificar tempestivamente os valores corrigidos utilizados na liquidação das ações trabalhistas, e a recuperar eventuais valores que não tenham sido utilizados na ocasião da execução. Igualmente, e com finalidade similar, formalizou contrato junto à Caixa Econômica Federal em dezembro/2022. Outrossim, para fortalecer os controles internos mormente no que pertine aos depósitos judiciais, em setembro/2022 a Diretoria Executiva designou grupo de trabalho interdisciplinar, constituído por empregados das áreas jurídica e contábil-financeira da Administração Central e Superintendências, o qual desenvolveu as seguintes ações no curso do exercício 2022:

- Saneamento das inconsistências que consistiu no expurgo de valores registrados a título de custas processuais, garantia de juízo, condenação, honorários periciais etc.;
- Identificação dos valores de depósitos vinculados aos processos judiciais arquivados;
- Edição de normativo estabelecendo responsabilidades e procedimentos relacionados aos pagamentos e os registros contábeis das despesas jurídicas e regulando o fluxo de informações entre as áreas jurídica e contábil-financeira;
- Edição de ato administrativo regulamentado, a baixa em conta contábil dos depósitos recursais vinculados aos processos judiciais arquivados. O referido ato se embasou no entendimento sedimentado pelo grupo de trabalho, o qual, entre outros, considerou que: a recuperação dos valores apresentava elevado grau de incerteza; o arquivamento processual pressupõe o cumprimento de todas as etapas e, por conseguinte, a própria dedução de depósitos recursais na fase de execução; o princípio da prudência, o qual adota uma postura, em situações nas quais existem duas alternativas igualmente prováveis, que resulte no menor patrimônio líquido, seja através de um maior valor ao passivo ou de um menor valor ao ativo;
- Edição de ato administrativo estabelecendo os critérios para a recuperação dos valores remanescentes em contas judiciais existentes no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal que sejam favoráveis à Companhia em processos que se encontram arquivados e/ou com movimentação de execução finalizada.

Conforme descrito nas **Notas 03b – Reclassificação e 14 – Patrimônio Líquido (Prejuízos Acumulados)**, foi baixado o montante total de R\$ 55.290 mil de depósitos judiciais, R\$ 51.541 mil é referente a períodos anteriores a 2022 e R\$ 3.749 mil referente ao exercício de 2022. As ações adotadas em sede do referido grupo de trabalho, cujos resultados parciais repercutiram diretamente nos controles internos da Companhia, associadas aos efeitos da cisão da Subsidiária CBTU-MG, culminaram em redução substancial na Conta Contábil Depósitos Judiciais, conforme o quadro abaixo. Segue a composição de Depósitos Judiciais – valores em R\$ mil:

	31/12/2021	31/12/2020	
	31/12/2021	REAPRESENTAÇÃO	01/01/2020
Saldo do Exercício Anterior	78.165	75.179	76.703
Adições	15.180	6.606	45.631
Baixas - Cisão CBTU-MG	(40.792)	-	-
Baixas	(3.749)	(3.620)	(47.155)
Saldo do Exercício	48.804	78.165	76.703

NOTA 08 – IMOBILIZADO: a) Segue a composição do Imobilizado Geral – valores em R\$ mil:

	Dez/2022	Dez/2021	Dez/2020
	REAPRESENTADO	REAPRESENTADO	REAPRESENTADO
Saldo do Exercício Anterior	2.503.779	2.535.228	2.641.518
Adições / Doação	99.433	46.552	20.986
Baixas	(3.446)	(1.837)	(5.441)
Baixas BH	(225.229)	-	-
Impairment	(8.698)	-	-
Depreciações	(66.666)	(76.164)	(88.216)
Ajustes	-	-	(33.619)
Saldo do Exercício	2.299.173	2.503.779	2.535.228

a.1) Segue a composição do Imobilizado Detalhado – valores em R\$ mil:

CONTAS	TAXA ANUAL DE DEPRECIAÇÃO (%)	Dez/2022	Dez/2021	Dez/2020
		REAPRESENTADO	REAPRESENTADO	REAPRESENTADO
Terrenos	-	364.088	364.088	365.204
Edificações	1,25 a 2,00	649.986	649.646	648.034
Instalações	2,00 a 3,33	852.217	848.137	841.737
Equipamentos de Transporte	2,50 a 5,00	829.177	1.150.063	1.157.555
Ferrovário				
Veículos	20	9.661	12.058	12.158
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas	10	43.327	72.286	74.973
Outras Imobilizações Tangíveis	10	38.833	44.051	36.983
Imobilizações em Andamento	-	976.683	903.618	1.566.467
Correção Monetária – Lei 8.200/91	Diversas	444.882	452.281	452.317
Total:		4.208.854	4.496.228	5.155.428
Depreciações Acumuladas		(1.364.590)	(1.456.056)	(1.380.390)
Redução Valor Recup. Imobilizado		(545.091)	(536.393)	(1.239.810)
Total:		2.299.173	2.503.779	2.535.228

b) Imobilizações em andamento:

Representa os investimentos em obras e aquisições cujos contratos estão em execução. Existem valores pendentes de reclassificação para a conta de terrenos, oriundas de desapropriações na extinta STU de Belo Horizonte e na STU Recife que não são depreciados, bem como as cisões para os respectivos Estados dos Investimentos nos sistemas do Rio de Janeiro e São Paulo. A CBTU apresentou a relação dos contratos que compõem o valor a ser objeto de cisão complementar, conforme os acordos de atualização para a CPTM, do Estado de São Paulo e para a Central Logística, do Estado do Rio de Janeiro, não havendo manifestação quanto a aceitação ou contestação. Conforme descrito nas **Notas 03 – Reclassificação e 08b – Imobilizado (Imobilizações em Andamento)**, no exercício de 2020 houve um lançamento de ajuste na conta de Provisão ao Valor Recuperável de Ativos, conta retificadora do Ativo Imobilizado, no montante de R\$ 46.693 mil. Ocorre que em 2019 este valor já havia sido considerado no lançamento, de Provisão ao Valor Recuperável, tendo o valor lançado em 2020 em duplicidade, os efeitos desse ajuste foram efetuados a débito da Provisão do Valor Recuperável de Ativos e a Crédito do Resultado daquele exercício. Considerando que as tratativas com relação as cisões não foram concluídas, em 2019 foi provisionado o total dos investimentos do Rio de Janeiro e de São Paulo como Provisão ao Valor Recuperável desses investimentos, conforme fundamento no **CPC 27 – Ativo Imobilizado** e no **CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos**. Estes valores serão baixados quando da cisão com as empresas beneficiárias. Segue a composição das Imobilizações em Andamento – valores em R\$ mil

	Dez/2022	Dez/2021	Dez/2020
	REAPRESENTADO	REAPRESENTADO	REAPRESENTADO
Sistema de Belo Horizonte	67.569	73.508	68.111
Sistema de Recife	186.833	183.376	139.321
Sistema do Rio de Janeiro	272.684	272.684	651.803
Sistema de São Paulo	230.090	230.090	554.388
Outras Obras	219.507	143.960	152.844
Subtotal:	976.683	903.618	1.566.467
Correção Monetária – Lei 8.200/91	32.810	32.810	32.810
Redução Valor Recup. Imobilizado	(545.091)	(536.393)	(1.239.810)
Total:	464.402	400.035	359.467

c) Impairment:

A CBTU contratou uma empresa especializada para realização do teste de Impairment, cujo relatório emitido em 09/01/2023, identificou a necessidade de registro de Provisão para Ajuste dos Bens a Valores Recuperáveis no montante de R\$ 8.711 mil. Quanto a necessidade de Revisão de Taxas de Depreciação entendemos não ser necessária no momento.



COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
CNPJ Nº 42.357.483/0001-26 - INSC. EST. 82.879.781

MINISTÉRIO DAS
CIDADES



NOTA 10 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para Contingências representa a estimativa de riscos futuros com ações judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, movidas contra a empresa, em conformidade com a legislação societária e o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As provisões constituídas em 31 de dezembro de 2022 contemplam todas as ações conhecidas pela Empresa. Segue a composição de Provisão para Contingências – valores em R\$ mil:

PROVÁVEIS	CÍVEIS	TRABALHISTAS	TRIBUTÁRIAS	TOTAL
Saldo do Exercício Anterior	513.080	140.461	63.971	717.512
Reversão de Provisão	(19.424)	(88.612)	(56.012)	(164.048)
Pago de Sentenças	(493.656)	(51.849)	(7.959)	(553.464)
Provisão do Exercício	281.919	133.937	37.101	452.957

Saldo do Exercício 281.919 133.937 37.101 452.957

Das 3.731 ações de natureza trabalhista, 691 foram classificadas como prováveis e 1.277 como possíveis. Das 1.669 ações de natureza cível, 376 foram classificadas como prováveis e 529 como possíveis. Das 274 ações de natureza tributária, 118 foram classificadas como prováveis e 38 como possíveis. Dentre os principais objetos que compõem as ações de natureza trabalhista estão os pedidos de readmissão de empregados anistiados, o reequilíbrio do Programa de Emprego e Salários (PES), incorporação da gratificação da função de confiança, isonomia, horas extras, periculosidade e ações civis públicas por demissões discriminatórias. Nas ações trabalhistas que foram classificadas como prováveis, estimasse o pagamento de R\$ 84.570 mil nos próximos 12 meses e R\$ 49.367 mil a partir de 01/01/2024. Nos pagamentos de ações trabalhistas em 2022, destaque para os montantes de R\$ 33.812 mil de uma ação movida pelo Sindicato dos Metroviários da extinta STU de Belo Horizonte referente a diferenças salariais de adicionais de tempo de serviço, férias, horas extras, abonos, gratificações, etc., e de R\$ 10.465 mil de uma ação de referente a equiparação salarial de segurança metrológica dos empregados transferidos do Rio de Janeiro para Belo Horizonte. As ações de natureza cível compreendem os pedidos de indenizações decorrentes de acidente ferroviário, desapropriação de imóveis, as condenações por responsabilidade subsidiária, terceirização ilícita e descumprimento de contratos. Merece destaque a ação cível de nº 0820880-66/2019.4.05.8300 que se refere à cobrança movida pela Construtora OAS S/A, postulando o ressarcimento das despesas adicionais que na execução do Contrato 19/98-DT, teve de suportar em função, principalmente, do atraso na entrega das áreas que encerrariam o sítio da obra contratante, atraso esse imputável exclusivamente à CBTU, que de acordo com as alegações da construtora, a própria CBTU veio a reconhecer durante os debates em primeira instância (Processo nº 001.2005.0202827-6). Devido ao andamento processual, estima-se que a CBTU deva realizar a garantia do juízo no valor estimado de R\$ 220.022 mil em menos de 12 meses. Portanto, o risco provável que era classificado como não circulante, passou a ser classificado como circulante. A ação de cobrança nº 0292185-80.2014.8.19.0001 ajuizada pela Construtora Ferreira Guedes S/A, objetivando, em síntese, a incidência de correção monetária e expurgos econômicos nas faturas pagas com o atraso em contratos firmados com a extinta RFFSA e CBTU, bem como, o pagamento de indenização por perdas e danos decorrentes da referida inadimplência, que anteriormente havia sido classificada como risco provável circulante no valor de R\$ 392.490 mil, deixou de integrar o Relatório de Riscos Fiscais, uma vez que a CBTU realizou a garantia do juízo com o depósito de R\$ 393.407 mil em 20/10/2022. Para o cumprimento das ações cíveis que foram classificadas como prováveis, a estimativa é que seja pago o valor de R\$ 231.609 mil nos próximos 12 meses e R\$ 50.310 mil a partir de 01/01/2024. As ações de natureza tributária são referentes às execuções fiscais e tributárias (impostos, taxas e contribuições previdenciárias). Para o cumprimento das ações tributárias classificadas como prováveis, a estimativa é que seja pago o valor de R\$ 17.046 mil nos próximos 12 meses e R\$ 20.055 mil a partir de 01/01/2024. Ressalta-se ainda que os valores foram estimados, podendo haver alterações quando ocorrer a real liquidação da obrigação e que o cumprimento das obrigações também depende da intimação judicial e de dotação orçamentária disponibilizada pelo Ministério da Economia.

Segue a composição de Possíveis das Ações – valores em R\$ mil:

POSSÍVEIS	Dez/2022	Dez/2021
Trabalhistas	270.761	302.343
Cíveis	83.004	76.877
Tributários	1.152	54.308
Total:	354.917	433.528

NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Capital Social

O Capital Social integralizado está representado por 18.642.346.766.155 ações ordinárias nominativas com 100% de participação da União. Em 26/04/2022, houve uma subscrição do Capital Social, conforme Ata AGE de nº 04-2022 de 26/04/2022, no valor de R\$ 63.452 mil sendo R\$ 55.910 mil de ingressos de capital referentes aos anos de 2019 e 2020 (R\$ 37.787 e R\$ 18.123 mil, respectivamente) e R\$ 7.542 mil referentes a atualização da SELIC. Conforme descrito na Nota 23 – Criação e Cisão de Subsidiária, o Capital Social da CBTU teve uma redução de R\$ 334.349 mil decorrente da cisão da subsidiária integral CBTU-MG.

Reserva de Reavaliação de Bens

Constituída em decorrência da avaliação de bens do ativo imobilizado registrada em 1985. A realização dessa reserva vem sendo feita em função das depreciações, baixas e alienações dos referidos bens, registrada diretamente na conta de prejuízos acumulados. Utilizando a faculdade prevista no CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638 e da Medida Provisória nº 449/08, a Empresa optou pela manutenção dos valores classificados nesse grupo até sua completa realização.

Recursos para Aumento de Capital

A partir do dia 21 de junho de 2018 a CBTU passou de Sociedade de Economia Mista para Empresa Pública, deixando assim de haver correção pela SELIC nos valores ingressados como Recursos para Aumento de Capital, bem como passaram a ser contabilizados no Patrimônio Líquido, conforme o Manual do SIAFI – Macro Função 02.11.22 – Participação da União no Capital de Empresas.

Patrimônio Líquido Negativo

A CBTU apresentou Patrimônio Líquido Negativo de R\$ 1.325.090 mil, devido aos prejuízos acumulados. A CBTU é uma Empresa Pública Federal dependente do Tesouro Nacional e como tal, não está sujeita a lei de falência. Qualquer necessidade de recursos é provida pelo Governo Federal, não existindo risco de continuidade operacional.

Prejuízo Acumulado

Conforme as disposições da NBC-TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro foram efetuadas as seguintes regularizações:

- Face ao resultado do grupo de trabalho constituído pela Diretoria Executiva da CBTU, foi apurado o montante total de R\$ 55.290 mil referente a baixas dos depósitos judiciais, sendo que R\$ 51.541 mil se referente a anos anteriores ao exercício de 2022, conforme a Nota 03a – Reapresentação e a Nota 06b – Depósitos Judiciais;
- Conforme descrito na Nota 03b – Reclassificação e na Nota 08b – Imobilizado (Imobilizações em Andamento), foi efetuada a regularização do valor de R\$ 46.693 mil referente a Redução de Valor Recuperável do Imobilizado.

NOTA 23 – CRIAÇÃO E CISÃO DE SUBSIDIÁRIA

Em assembleia realizada no dia 13/04/2022, em conformidade com as Resoluções do PPI, conforme descrito na Nota 22 – Programa Nacional de Desestatização foi deliberado pela criação da CBTU-MG, subsidiária integral da CBTU; com a incorporação dos ativos, com exceção dos bens imóveis e dos passivos, com exceção das provisões cíveis, da filial da CBTU em Belo Horizonte. Em 28/09/2022, em assembleias realizadas na CBTU e na VDMG (Empresa Veículo de Desestatização MG Investimentos S/A), foi de deliberado a cisão da CBTU-MG da CBTU para a VDMG, conforme o Protocolo de Cisão e Laudo de Avaliação Contábil com a data base de 30/06/2022 bem como as variações patrimoniais entre a data do laudo de avaliação e a data da cisão. A cisão, na CBTU, resultou na redução da conta de Investimentos e Capital Social no montante de R\$ 334.349 mil

Rio de Janeiro, 15 de março de 2023.

JOSE MARQUES DE LIMA
Diretor-Presidente

ADRIANA FONSECA LINS
Diretor de Administração e Finanças – Interino

JORGE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA
Contador – CRC-RJ 062.918

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA COMPANHIA DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

O Conselho Fiscal emitiu o seguinte parecer para fins de encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária. O Conselho Fiscal da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos incisos II e VII do art. 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e com base no disposto no inciso II do art. 89 do Estatuto Social da CBTU aprovado na Assembleia Geral Extraordinária nº 02/2022, em 16 de março de 2022, e na 423ª reunião ordinária do Conselho de Administração, realizada em 23 de março de 2023, examinou a documentação pertinente aos seguintes itens da pauta: I) Relatório Anual da Administração, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; e II) Balanço Social e demais Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Considerando:

a) As informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício; b) O Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2022 produzido pela Auditoria Independente, RUSSELL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S, datado de 23 de março de 2023; e c) os esclarecimentos prestados durante a presente reunião, declara que:

1. Opina no sentido que as Demonstrações Financeiras do exercício de 2022 e o Relatório Anual de Administração refletem a real situação contábil e financeira da empresa, exceto pelos possíveis efeitos da ressalva mencionada pelos auditores independentes, abaixo referenciada: “Base para opinião com ressalva Limitação de escopo – Ativo Imobilizado A Companhia apresenta um Ativo Imobilizado no valor de R\$ 2.299.173 mil na data base de 31 de dezembro de 2022. Foram apresentados os relatórios operacionais analíticos do Ativo Imobilizado das unidades (Agência Central, João Pessoa, Macaé, Natal, Recife, São Paulo, Belo Horizonte), que de forma consolidada apresentam uma divergência para o saldo contábil no valor de R\$ 72.886 mil. Esses relatórios possuem algumas inconsistências, como não contemplar os valores do ajuste ao valor recuperável dos ativos imobilizados e conter itens do Ativo Intangível, que não fazem parte do grupo do Ativo Imobilizado. A ausência de uma relação analítica confiável sobre o Ativo Imobilizado consolidado da Companhia caracteriza limitação de escopo para auditoria. Conforme mencionado na nota explicativa nº 8 letra c, a CBTU contratou uma empresa especializada para realização do teste de Impairment, cujo relatório, emitido em 09 de janeiro de 2023, identificou a necessidade de registro de Provisão para Ajuste dos Bens a Valores Recuperáveis no montante de R\$ 8.711 mil e entende que, no momento, não há necessidade de rever as taxas de depreciação. As normas NBC-TSP 09 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo não Gerador de Caixa e NBC-TSP 10 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa, em seus itens 57 e 75, respectivamente, estabelecem que depois do reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a despesa de depreciação do ativo deve ser ajustada em períodos futuros para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos o seu valor residual (se houver), em base sistemática sobre sua vida útil remanescente. Devido aos assuntos descritos nos parágrafos acima, não foi possível atestarmos os valores do Ativo Imobilizado, assim como os reflexos dos ajustes na Demonstração do Resultado.”. 2. Recomenda que a Diretoria Executiva adote providências no sentido de que, no decorrer do exercício de 2023, corrigir os fatos apontados no item anterior, de modo que o item

Ativo Imobilizado esteja bem representado nas próximas demonstrações financeiras de resultado de exercício. 3. Nesses termos, nada tem a opor a que o tema seja encaminhado para apreciação da assembleia de acionistas.

Brasília, 24 de março de 2023.

DANIEL DE ARAUJO E BORGES
Presidente do Conselho

ALESSANDRY MACEDO DE MEDEIROS
Conselheiro

KAIO FELIPE KOERICH
Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e aos Acionistas da

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU - Brasília – DF

Opinião com ressalva - Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU (“Companhia”), as quais compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis supramencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva - Limitação de escopo – Ativo Imobilizado - A Companhia apresenta um Ativo Imobilizado no valor de R\$ 2.299.173 mil na data-base de 31 de dezembro de 2022. Foram apresentados os relatórios operacionais analíticos do Ativo Imobilizado das unidades (Agência Central, João Pessoa, Macaé, Natal, Recife, São Paulo, Belo Horizonte), que de forma consolidada apresentam uma divergência para o saldo contábil de R\$ 72.886 mil. Esses relatórios possuem algumas inconsistências. Por exemplo, eles não contemplam os valores do ajuste ao valor recuperável dos Ativos Imobilizados e contém itens do Ativo Intangível, que não fazem parte do grupo do Ativo Imobilizado. A ausência de uma relação analítica confiável sobre o Ativo Imobilizado consolidado da Companhia caracteriza limitação de escopo para a auditoria.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, letra c, a CBTU contratou uma empresa especializada para realização do teste de Impairment, cujo relatório, emitido em 9 de janeiro de 2023, identificou a necessidade de registro de Provisão para Ajuste dos Bens a Valores Recuperáveis, no montante de R\$ 8.711 mil, e entende que, no momento, não há necessidade de rever as taxas de depreciação. As normas NBC-TSP 09 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo não Gerador de Caixa e NBC-TSP 10 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa, em seus itens 57 e 75, respectivamente, estabelecem que, depois do reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a despesa de depreciação do ativo deve ser ajustada em períodos futuros, de modo a alocar o valor contábil revisado do ativo, menos o seu valor residual (se houver), em base sistemática sobre sua vida útil remanescente. Devido aos assuntos descritos nos parágrafos anteriores, não foi possível atestarmos os valores do Ativo Imobilizado e os reflexos dos ajustes na Demonstração do Resultado. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases - Patrimônio Líquido Negativo (Passivo a Descoberto) - Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 1 e nº 14, que descrevem os efeitos significativos ocorridos nas operações da Companhia que culminaram, em 31 de dezembro de 2022, em um saldo negativo de R\$ 1.325.090 mil no Patrimônio Líquido, um Capital Circulante Líquido negativo, além de um Prejuízo Acumulado de R\$ 7.782.729 mil. A Companhia é suportada financeiramente pela União. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.



COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
CNPJ Nº 42.357.483/0001-26 - INSC. EST. 82.879.781

MINISTÉRIO DAS
CIDADES



Programa Nacional de Desestatização e Cisão/Cisão de Subsidiária - Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 22 e nº 23, que tratam do Programa Nacional de Desestatização pelo qual a Companhia está passando e da criação e cisão de subsidiárias. Conforme a Resolução CPPI nº 60, a CBTU foi qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência – PPI e do Programa Nacional de Desestatização – PND, ratificada pela publicação do Decreto 9.999, de 3 de setembro de 2019. A Resolução CPPI nº 160, de 2 de dezembro de 2020, aprovou a Reestruturação Societária da CBTU, com a criação de 5 subsidiárias integrais com versões de parcelas de seu patrimônio pertinentes das atividades das suas Superintendências Regionais. A reestruturação societária está em curso, o que implicará na alteração da estrutura societária da CBTU de matriz e das filiais para uma Holding, no caso da Administração Central, com 5 subsidiárias integrais.

Em assembleia realizada no dia 13 de abril de 2022, em conformidade com as Resoluções do PPI, conforme descrito na nota explicativa no 22 – Programa Nacional de Desestatização, foi deliberada a criação da CBTU-MG, subsidiária integral da CBTU, com a incorporação dos ativos, com exceção dos bens imóveis, dos passivos e das provisões cíveis, e da filial da CBTU em Belo Horizonte.

Em 28 de setembro de 2022, em assembleias realizadas na CBTU e na VDMG (Empresa Veículo de Desestatização MG Investimentos S/A), foi deliberada a cisão da CBTU-MG para a VDMG, conforme o Protocolo de Cisão e Laudo de Avaliação Contábil de 30 de junho de 2022 e as variações patrimoniais entre a data do laudo de avaliação e a data da cisão. A cisão, na CBTU, resultou na redução da conta de Investimentos e Capital Social, no montante de R\$ 334.349 mil. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.

Reapresentação das Demonstrações Contábeis - Ajuste dos depósitos judiciais - Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 3 e nº 6b, que tratam da reapresentação dos saldos de depósitos judiciais nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, conforme previsto na NBC TSP 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, e que detalham o trabalho e os ajustes realizados pela Companhia, no montante de R\$ 55.290 mil. Esse assunto foi objeto de ressalva no relatório intermediário do semestre findo em 30 de junho de 2022 e no relatório de auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em março de 2022, a CBTU celebrou um convênio com o Banco do Brasil, com vistas a acompanhar os depósitos efetuados em juízo, certificar tempestivamente dos valores corrigidos utilizados na liquidação das ações trabalhistas e recuperar eventuais valores que não tenham sido utilizados na ocasião da execução. Igualmente, e com finalidade similar, formalizou contrato junto à Caixa Econômica Federal, em dezembro de 2022. A fim de fortalecer os controles internos pertinentes aos depósitos judiciais, em setembro de 2022, a Diretoria Executiva designou um grupo de trabalho interdisciplinar, constituído por empregados das áreas jurídica e contábil-financeira da Administração Central e das Superintendências, o qual desenvolveu as seguintes ações no curso do exercício 2022: a) saneamento das inconsistências, que consistiu no expurgo de valores registrados a título de custas processuais, garantia de juízo, condenação, honorários periciais etc.; b) identificação dos valores de depósitos vinculados aos processos judiciais arquivados; c) edição de normativo estabelecendo responsabilidades e procedimentos relacionados aos pagamentos e aos registros contábeis das despesas jurídicas e regulando o fluxo de informações entre as áreas jurídica e contábil-financeira; d) edição de ato administrativo, regulamentando a baixa, em conta contábil, dos depósitos recursais vinculados aos processos judiciais arquivados; e) edição de ato administrativo, estabelecendo os critérios para a recuperação dos valores remanescentes em contas judiciais existentes no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal que sejam favoráveis à Companhia em processos que se encontram arquivados e/ou com movimentação de execução finalizada. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.

Ajuste de registro em duplicidade – Ativo Imobilizado - Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3, que trata da reapresentação dos saldos do Ativo Imobilizado nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, conforme previsto na NBC TSP 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A Companhia identificou que, no exercício de 2020, houve um registro em duplicidade de Redução ao Valor Recuperável do Ativo Imobilizado, no montante de R\$ 46.693 mil, cujo registro original ocorreu em 2019. Assim, os ajustes aconteceram de forma retrospectiva. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor. A administração da Companhia é a responsável pelas informações que compreendem o Relatório da Administração, que deve ser disponibilizado após a data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, temos a responsabilidade de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se ele está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis, com o conhecimento obtido durante a auditoria, ou, de outra forma, se aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, devemos comunicar esse fato. Não temos nada a relatar.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado - A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada pela administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto

com a auditoria das demonstrações contábeis. A fim de formarmos uma opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a Demonstração do Valor Adicionado foi adequadamente elaborada, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção “Base para opinião com ressalva”, segundo os critérios definidos na norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Durante a elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável por avaliar a capacidade de a Companhia continuar operando; divulgar, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional; e usar essa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia têm responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria com a nossa opinião. A segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. Essas distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis supracitadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo do processo. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção, em nosso relatório de auditoria, para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis – inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objeto de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Barueri, 23 de março de 2023.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP
Sócio Responsável Técnico

